



Governo do Estado de Roraima
Polícia Militar do Estado de Roraima
"Amazônia: patrimônio dos brasileiros"

MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE CONJUNTO DE MEDALHAS, PARA OUTORGA DECORRENTE DE AÇÕES CUJOS FEITOS SEJAM RELATIVOS À CORPORAÇÃO E HOMENAGENS PRESTADAS NAS DATAS CÍVICAS, BEM COMO POR OCASIÃO DO RECONHECIMENTO PÚBLICO E CONDECORAÇÃO AOS POLICIAIS MILITARES DA POLÍCIA MILITAR DE RORAIMA, ATRAVÉS DO FUNDO DE REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA, E A EMPRESA MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM- ME, CONTRATADA NA FORMA ABAIXO:

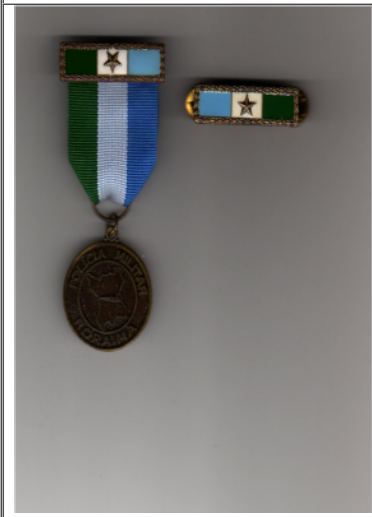
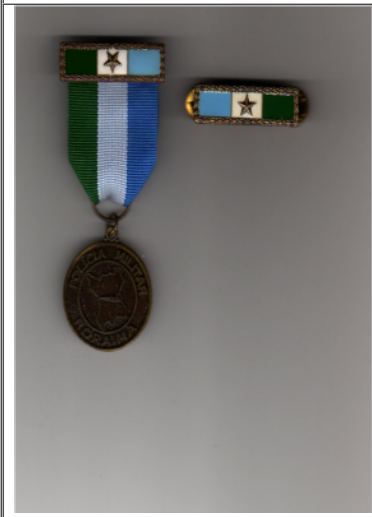
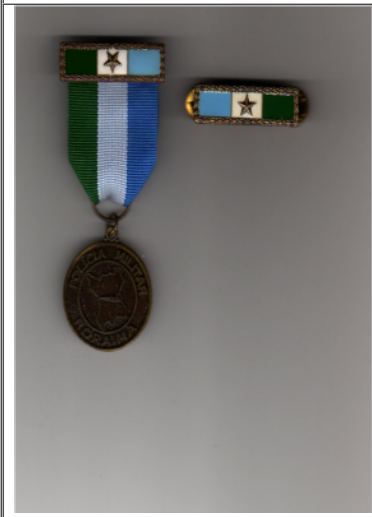
O Estado de Roraima, através do **FUNDO DE REAPARELHAMENTO E APERFEIÇOAMENTO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE RORAIMA/FREAPM**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 27.036.674/0001-00, com sede no Quartel do Comando Geral da Polícia Militar de Roraima, situado à avenida Capitão Ene Garcez, 1769 - Mecejana, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Comandante-Geral da PMRR o Sr. **MIRAMILTON GOIANO DE SOUZA – CORONEL QOCPM**, nomeado pelo Decreto nº 105-P de 1º de fevereiro de 2023, portador da CI nº 236.708 PM/RR e CPF nº 201.270.222-87, residente e domiciliado nesta cidade de Boa Vista, Estado de Roraima, pactuam o presente Contrato, cuja celebração foi autorizada nos autos do **Processo nº 19602.000103/2024.02** e de outro lado a empresa **MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM- ME (DG BRINDES)**, situado no endereço: Rua Albertina de Azevedo Guedes, 28, Vila São Jose, CEP: 04271-020, São Paulo SP, inscrito no **CNPJ sob nº 04.743.532/0001-70**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Sr **MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM**, portador da cédula de identidade nº17739964 SSP/SP e C.P.F nº 092.251.768-13, domiciliado à Rua Barão de Loreto, nº 259, Bairro Vila São José (Ipiranga), São Paulo/SP, CEP 04.265-030 e que se regerá pela Lei Federal nº 14.133/21 que fundamenta-se no Art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988, instituindo normas para licitações e contratos da Administração Pública, pelos termos da proposta vencedora, e atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

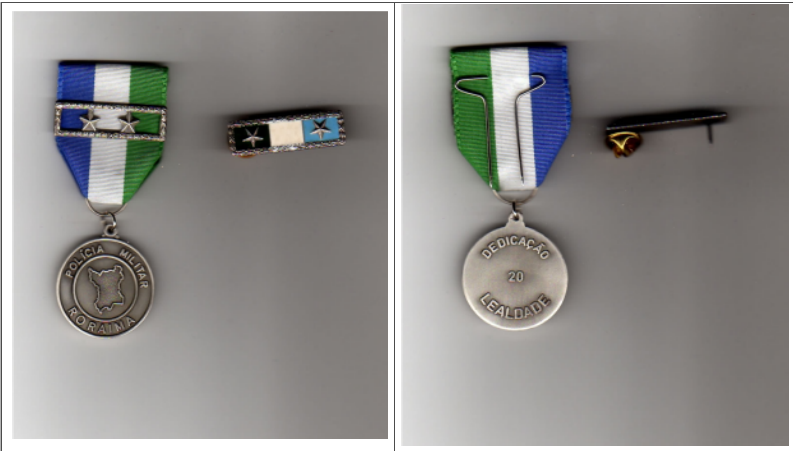
1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 Aquisição de conjunto de medalhas, para outorga decorrente de ações cujos feitos sejam relativos à Corporação e homenagens prestadas nas datas cívicas, bem como por ocasião do reconhecimento público e condecoração aos policiais militares da Polícia Militar de Roraima, conforme condições, especificações e quantidades descritas na planilha abaixo.

1.2 Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO	VALOR TOTAL MÉDIO				
3	Medalha Amigo da Polícia Militar do Estado de Roraima: Especificações: medalha dourada, em forma discoidal, medindo 35 mm (trinta e cinco milímetros) de diâmetro e 2 mm (dois milímetros) de espessura, contendo: I – no anverso, em relevo, o brasão do Estado de Roraima; II – no reverso, em relevo e caracteres maiúsculos a inscrição: “AMIGO DA POLÍCIA MILITAR”; III – sustenta a medalha, unida por argola e contra-argola, uma fita de seda chamalotada na cor verde, com 36 mm (trinta e seis milímetros) de largura e 50 mm (cinquenta milímetros) de comprimento; IV – passador confeccionado no mesmo metal da venera, medindo 36 mm (trinta e seis milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura; V – A barreta terá moldura em metal da venera, medindo 36 (trinta e seis milímetros) de largura por 10 mm (dez milímetros) de altura e será recoberta no mesmo tecido da fita. VI – A roseta será constituída de um botão da fita da condecoração. VII - Devidamente acondicionadas em estojo de veludo na cor azul marinho. Conforme modelo/ilustração demonstrado abaixo: <table><tr><th>ANVERSO</th><th>VERSO</th></tr><tr><td colspan="2"></td></tr></table>	ANVERSO	VERSO			Unid.	120	R\$ 280,00	R\$
ANVERSO	VERSO								

	 								
5	Medalha Dedicação Policial da PMRR – 10 anos Especificações: 1. A medalha deve ser inscrita numa circunferência de 32mm (trinta e dois milímetros) de diâmetro, tendo no anverso o Distintivo da Corporação; no reverso ao centro o algarismo arábico 10 (dez), correspondente ao tempo de serviço, e contornando-o os dizeres “DEDICAÇÃO” e “LEALDADE”; a espessura da medalha será de 2mm (dois milímetros); 2. O passador medirá externamente 32mm (trinta e dois milímetros) por 10mm (dez milímetros), tendo o de bronze uma estrela de cinco pontas ao centro, disposto simetricamente com a posição e o relevo indicado; 3. A fita das medalhas terá 32mm (trinta e dois milímetros) de largura e será de gorgorão seda, composta de três listas verticais de igual largura, de cores branca, a do centro, azul, a da esquerda, e verde a da direita, com o comprimento de 45mm (quarenta e cinco milímetros) entre a alça da medalha até a costura superior. Devidamente acondicionadas em estojo de veludo na cor azul marinho. <table><tr><th>ANVERSO</th><th>VERSO</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	ANVERSO	VERSO			Unid.	50	R\$ 280,00	R\$
ANVERSO	VERSO								
									
6	Medalha Dedicação Policial da PMRR – 20 anos Especificações: 1. A medalha deve ser inscrita numa circunferência de 32mm (trinta e dois milímetros) de diâmetro, tendo no anverso o Distintivo da Corporação; no reverso ao centro o algarismo arábico 20 (VINTE), correspondente ao tempo de serviço, e contornando-o os dizeres “DEDICAÇÃO” e “LEALDADE”; a espessura da medalha será de 2mm (dois milímetros); O passador medirá externamente 32mm (trinta e dois milímetros) por 10mm (dez por 10 mm (dez milímetros) de altura e será recoberta no mesmo tecido da fita. VI – A roseta será constituída de um botão da fita da condecoração. VII - Devidamente acondicionadas em estojo de veludo na cor azul marinho. <table><tr><th>ANVERSO</th><th>VERSO</th></tr><tr><td></td><td></td></tr></table>	ANVERSO	VERSO			Unid.	50	R\$ 280,00	R\$
ANVERSO	VERSO								

					
VALOR TOTAL					R\$

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1 O Termo de Referência;

1.3.2 A Proposta do contratado;

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 meses na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133 de 2021, contados da publicação do contrato em Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em atendimento ao Art. 94 da Lei nº 14.133 de 2021.

2.2 O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência, Ep.(15212884)**.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de **R\$ 61.600,00 (sessenta e um mil e seiscentos reais)**.

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Termo de Referência, Ep.(15212884)**.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

7.1 São obrigações do Contratante:

7.1.2 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.3 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

7.1.4 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.5 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.6 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

7.1.7 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.8 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

7.1.9 Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.10 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.9 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

8.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei n° 8.078, de 1990](#));

8.3 Comunicar ao contratante caso haja algum motivo que impossibilite o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

8.4 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

8.5 Substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

8.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.7 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;
- 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.8 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

8.9 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

8.10 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.11 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021](#));

8.12 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.13 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei n° 14.133, de 2021](#).

8.14 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

8.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.16 Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

8.17 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

9. CLÁUSULA NONA– GARANTIA DE EXECUÇÃO

9.1 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei n° 14.133, de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 der causa à inexecução parcial do contrato;

1. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
2. der causa à inexecução total do contrato;
3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
4. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
5. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
7. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n° 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

10.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções conforme:

I- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei n° 14.133, de 2021](#));

II- Multa, serão consideradas as ações com base no §1º do [art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

III- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

IV- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

11.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

11.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

11.3 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos do Fundo de Reaparelhamento e Aperfeiçoamento da Polícia Militar do Estado de Roraima:

12.1.1 Unidade Orçamentária: 19602

12.1.2 Programa de Trabalho: 06.181.037.2460

12.1.3 Elemento de Despesa: 33.90.31

12.1.4 Fonte de Recursos: 1759/2759

12.1.5 Código de Acompanhamento: 0000

12.1.6 Tipo de Empenho: Ordinário

12.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇOS

13.1 Os preços firmados entre os contratantes não serão passíveis de reajustes durante a vigência do contrato administrativo celebrado, resguardado a revisão para manter o equilíbrio econômico-financeiro, devidamente fundamentada.

13.2 Após o período de um ano contados da data de assinatura do contrato, havendo prorrogação contratual o valor contratado poderá ser reajustado, levando em consideração o Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA /IBGE ou outro que venha a substituí-lo.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA– ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.2 Nas alterações unilaterais o contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 125 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Diário Oficial, bem como a publicação no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao [art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011](#), c/c [art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012](#) e divulgação no **Portal Nacional de Contratações Públicas** em atendimento ao Art. 94 da Lei 14.133 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO

17.1 Fica eleito o Foro da Justiça Estadual em Boa Vista/RR , Seção Judiciária responsável para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme [art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21](#).

Quartel do Comando Geral da PMRR, Boa Vista – RR, na data da assinatura eletrônica.

(assinado eletronicamente)

MIRAMILTON GOIANO DE SOUZA – CORONEL QOCPM
Comandante Geral da Polícia Militar de Roraima
CPF: 201.270.222-87
E-mail: comando@pm.rr.gov.br

(Assinado Eletronicamente)

MARCIO SANDRO MALLET PEZARIM
Representante legal da Empresa
DG BRINDES
CPF: 092.251.768-13
E-mail: dgb.brindes@gmail.com

TESTEMUNHAS:

CPF:

TESTEMUNHAS:

CPF:

Elaboração:

(Assinado eletronicamente)

GENESIS KAROLINE MOREIRA DA FONSECA - CB QPCPM
Auxiliar do Chefe da SPA/DF/PMRR



Documento assinado eletronicamente por **Genesis Karoline Moreira da Fonseca, CB QPCPM**, em 22/04/2025, às 09:38, conforme Art. 5º, XIII, "b", do Decreto Nº 27.971-E/2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no endereço <https://sei.rr.gov.br/autenticar> informando o código verificador **17191776** e o código CRC **CF188FE0**.